

Inês Nascimento

Assistente da Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade do Porto. Aluna do 4.º ano do Curso de Doutoramento em Psicologia da Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade do Porto.

Joaquim Luís Coimbra

Professor Associado da Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade do Porto

DE PAIS PARA FILHOS: O SENTIDO DO TRABALHO COMO HERANÇA

Face a um cenário de perda da capacidade socializadora de duas das instituições tradicionalmente responsáveis pela formação dos mais jovens - a família e a escola - torna-se cada vez mais urgente reflectir acerca do impacto que o reconhecido fracasso dessas estruturas sociais ao nível da transmissão de referências fundamentais à interpretação do mundo e à construção da identidade (Giddens, 1997; Tedesco, 1999), poderá ter no modo como as novas gerações aprendem a dar sentido às múltiplas dimensões da sua existência e se orientam para projectos de vida socialmente úteis e pessoalmente gratificantes. Partindo do princípio segundo o qual a viabilidade e sucesso do processo de socialização depende da natureza da ligação afectiva entre o modelo e o receptor (Berger & Luckmann, 1966; Bowlby, 1982; Euler et al., 2001), considera-se que é no contexto emocional das relações pais-filhos, que os indivíduos internalizam mensagens e constroem os significados que lhes permitirão identificar-se e posicionar-se de um certo modo em relação ao mundo em geral, e ao mundo do trabalho em particular. A família de origem aparecerá, assim, perspectivada como o contexto primário das aprendizagens que os jovens realizam acerca da realidade do trabalho. A hipótese que se pretende explorar é a de que a forma como os pais encaram a sua identidade profissional e o grau no qual investem no seu trabalho, se traduz num conjunto de

consequências emocionais que, uma vez experimentadas pelos filhos, são susceptíveis de interferir no processo de transmissão e apropriação pelos filhos dos conteúdos significativos das experiências parentais em termos da sua relação com o trabalho. Considera-se, desta forma, que as repercussões do investimento dos pais no trabalho a nível da sua função parental (nomeadamente, em termos da sua disponibilidade afectiva e da sua responsividade às necessidades dos filhos), podem influenciar o processo de transmissão através do qual, ao longo do seu processo de desenvolvimento, os jovens constróem e associam ao trabalho diferentes significados. Neste sentido, é a própria conceptualização da família como espaço relacional de identificações, que serve de ponto de partida para a assunção de que o contexto familiar desempenha um papel chave ao nível da socialização das novas gerações para o valor do trabalho.

Os riscos e as vantagens do trabalho parental para os filhos têm sido mais frequentemente estudados no que diz respeito aos efeitos desenvolvimentais do emprego materno, estando os investigadores interessados em avaliar o impacte que a ausência da mãe do contexto familiar e, por conseguinte, a privação das crianças de interacções regulares com a figura materna, poderá ter a nível do desenvolvimento de certas capacidades e competências cognitivas e socioemocionais.

Uma vez que a mãe é, geralmente, a figura cuidadora primária, a relação mãe-filho tende a ser vista por alguns autores como especialmente crítica em termos do desenvolvimento subsequente da criança o que explica a expectativa, bem representada na literatura psicológica, de implicações mais sérias para o desenvolvimento das crianças do trabalho da mãe comparativamente ao do pai, uma figura supostamente mais distanciada da vida familiar a quem, essencialmente, cumpria o sustento económico da família e cujo trabalho era, até há algum tempo atrás, normativamente mais esperado.

A entrada no mercado de trabalho de um número cada vez maior de mulheres, veio, no entanto, tornar-se um factor de maior paridade nos papéis sociais assumidos por homens e mulheres. O estatuto clássico de “ganha pão” deixou de ser um exclusivo masculino e passou, por isso, a ser menos tolerável que a participação do homem na vida familiar se reduzisse a essa função instrumental. As questões da divisão das tarefas domésticas e da partilha de papéis, mesmo que ainda não inteiramente resolvidas, ganharam outra visibilidade e assiste-se a uma revalorização do papel paterno que tem tradução na forma como os próprios homens passaram a encarar a experiência da paternidade. A investigação tem vindo, mesmo, a apontar pistas interessantes no que se refere à influência das condições de trabalho dos homens a nível dos valores que são postos em prática na educação dos filhos, sendo de salientar o facto dessa influência ser decisiva na definição das expectativas de ambas as figuras parentais em relação ao comportamento dos filhos quando a mãe não se encontra a trabalhar (Radin, 1981 cit. In Parcel & Managhan, 1994). A existência de variações no envolvimento dos indivíduos com o trabalho e a parentalidade, que não se compadecem das caracterizações mais tradicionalistas dos papéis sexuais, requer que se preste igual atenção às repercussões no processo de desenvolvimento dos filhos do emprego de ambas as figuras parentais. De facto, esta preocupação com os efeitos positivos ou negativos do emprego das figuras

parentais, e da figura materna em particular, para as crianças releva, em parte, da expectativa de que o trabalho fora de casa é susceptível de diminuir, no contexto da relação pais-filhos, o capital social do qual depende a identificação da criança com os objectivos e valores parentais podendo, dessa forma, comprometer a futura realização e sucesso psicológico e socioeconómico dos filhos (Coleman, 1988). De algum modo, o que aqui está em questão é o pressuposto de um efeito a longo prazo das influências precoces que as crianças terão sofrido pela sua exposição, na família de origem, a certas condições ou padrões de trabalho parental. Partindo do princípio da persistência dessas influências na produção de certos resultados desenvolvimentais, os proponentes desta perspectiva consideram que o esforço dos pais para o incremento do capital social da família num determinado ponto do desenvolvimento dos filhos, poderá vir a dar os seus frutos num momento posterior da vida daqueles (Coleman, 1988). Deste ponto de vista, o trabalho dos pais, sobretudo ao nível da primeira infância, mostrar-se-ia incompatível com a tarefa socializadora da família porquanto reduziria as oportunidades de estabelecimento de laços afectivos suficientemente robustos para permitir a apropriação pelos filhos das dimensões significativas da experiência e filosofia de vida dos seus pais.

Tirando o facto de ser uma perspectiva que peca por um certo determinismo e até por algum radicalismo na forma como concebe a desejabilidade do não trabalho, tem o mérito de chamar atenção para dois aspectos fundamentais da potencial influência do trabalho parental a nível do futuro dos jovens. Em primeiro lugar, a noção de capital social remete de forma muito clara para a importância dos pais investirem na construção de relações afectivamente seguras com os filhos que permitam a estes últimos explorar a realidade no sentido da definição e diferenciação da sua identidade. Os dividendos deste investimento, manifestam-se, justamente, na possibilidade das novas gerações, a partir da identificação com os pais, interiorizarem um conjunto de princípios orientadores de vida e de normas socio-culturais, susceptíveis de se constituírem como eixos estruturantes da sua acção no futuro. Esta concepção do capital social é, assim, bem eloquente da centralidade da interacção pais-filhos e da dimensão afectiva no que se refere ao processo de transmissão e internalização pelos jovens dos conteúdos da cultura e da experiência familiar, o que está bem de acordo com o princípio segundo o qual a viabilidade e sucesso do processo de socialização depende da natureza da ligação afectiva entre o modelo e o receptor (Berger & Luckmann, 1966; Bowlby, 1982; Euler et al., 2001). Efectivamente, é no contexto emocional das relações pais-filhos, que os indivíduos interiorizam certas mensagens e constróem os significados que lhes permitirão identificar-se e posicionar-se de um certo modo em relação ao mundo em geral.

Em segundo lugar, a ideia de que o trabalho dos pais pode concorrer com a oportunidade para o estabelecimento óptimo de laços afectivos entre pais e filhos, permite pensar a família de origem como um contexto importante a nível das próprias aprendizagens que são proporcionadas aos mais jovens quanto ao significado e ao lugar que o trabalho deverá ocupar na vida de cada um. Trata-se aqui de ver o trabalho dos pais e as estratégias que os pais utilizam na conjugação do papel profissional com o papel parental como um assunto que não diz apenas respeito aos pais mas que, na medida em que

tem implicações na relação pais filhos e na vida dos próprios filhos, é também fonte de experiência para os filhos.

A forma como os jovens experimentam, ao longo do seu crescimento, as consequências emocionais da orientação preferencial ou dominante dos pais para a parentalidade ou para o trabalho, é susceptível de interferir no aproveitamento que os filhos fazem das experiências parentais em termos da construção da sua futura identidade de trabalhadores. O investimento dos pais no trabalho pode encorajar os jovens a pensar no que significa e no que implica para os pais trabalhar, mas sendo o processo de formação de identidade um processo prospectivo, poderá também permitir que o jovem comece a configurar uma certa perspectiva quanto ao significado que o trabalho poderá vir a ter nas suas próprias vidas (Erickson, 1968). A relação dos pais com o trabalho pode, por isso mesmo, ser concebida, como o ponto a partir do qual os jovens exploram os valores, as ideologias, as expectativas, as exigências e as gratificações associadas a essa área da vida, antecipando a importância para si e para as suas identidades enquanto adultos do papel de trabalhador.

É justamente a este nível que se mostra pertinente explorar os antecedentes familiares que poderão estar associados aos significados que as novas gerações atribuem ao trabalho, não tanto para determinar similaridades substantivas nas definições subjectivas de “trabalho” de pais e de filhos, mas para perceber um pouco mais acerca dos processos que estão na origem de padrões de continuidade e de descontinuidade intergeracional no que se refere à saliência psicológica do trabalho e à sua importância relativa na estrutura de identidade dos indivíduos. Trata-se de perspectivar o papel de trabalhadores dos pais como fonte de experiências pessoais que são importadas e integradas na dinâmica das relações familiares, que são vividas de forma vicariante também pelos filhos, e que ao influenciarem a qualidade afectiva da relação pais-filhos, condicionam o grau no qual os significados associados ao trabalho são transmitidos generativamente de pais para filhos ou se vão perdendo em cada lanço geracional.

Importa, contudo, desde logo, sublinhar que a transmissão intergeracional não é necessariamente assimétrica, ou seja, dirigida unilateralmente das gerações mais velhas para as gerações mais novas. Os filhos também participam na co-construção desses papéis e significados e podem criar ou recriar os padrões de investimento que lhes estão associados (Milkie, 1997).

Com efeito, embora a internalização e a integração no seu sistema de crenças do modelo de “trabalho” que lhes é transmitido pelos pais lhes permita uma primeira aproximação à realidade do papel de trabalhador, enquanto agentes reflexivos, os jovens também interpretam as opções, as oportunidades e constrangimentos que os pais encontram na sua relação com o trabalho fazendo a crítica dos significados para que são socializados e construindo os seus próprios esquemas simbólicos de interpretação da realidade do trabalho. Admite-se, portanto, que o processo de transmissão do valor do trabalho, longe de consistir na simples assimilação das mensagens veiculadas, explícita ou implicitamente, pelo comportamento parental, também envolve a selecção e a resignificação dos conteúdos transmitidos (Schonpflug, 2001). Por conseguinte, o que os jovens aprendem a partir

da relação com os pais, não será tanto o significado que os pais dão ao trabalho mas sim certos princípios e quadros de leitura da realidade que lhes permitirão decidir o sentido a dar ao trabalho na sua própria existência.

Presume-se que é, justamente, a partir das características da relação pais-filhos que se estrutura a matriz cognitiva e emocional que possibilita aos jovens organizar as suas percepções, compreender subjectivamente as motivações que levam os pais a investir no trabalho, personalizar a visão do mundo do trabalho que lhes é transmitida na família de origem e recriar os significados que aí são veiculados adaptando-os às condições da sua identidade e ao contexto socio-histórico da sua existência. Na medida em que o envolvimento dos pais com o trabalho é susceptível de interferir na qualidade da interacção pais-filhos então, a natureza da vinculação que se estabelece entre ambos torna-se um factor crítico da socialização das novas gerações para o trabalho. E são duas as razões principais desta preponderância da vinculação pais-filhos no processo de transmissão intergeracional do valor do trabalho: por um lado, como já foi referido, a vinculação está associada à intensidade da adesão emocional às figuras-modelo e ao grau no qual o receptor se identifica com a versão que o modelo lhe transmite relativamente ao significado do trabalho; por outro lado, as experiências dos filhos no que se refere aos recursos afectivos e atencionais que os pais disponibilizaram para si, estão na origem de certas estruturas cognitivo-emocionais que influenciam o modo como os indivíduos constróem significado para os acontecimentos da sua vida (Bowlby, 1982; Main et al., 1985; Steele & Steele, 1994).

Consoante os investimentos dos pais no trabalho sejam complementares ou concorrentes aos investimentos na parentalidade, consoante a relação dos pais com o trabalho seja construída e mantida à custa da relação pais-filhos ou esta última se desenvolva a salvo dos investimentos no trabalho, estruturar-se-ão vínculos afectivos mais ou menos seguros (Nascimento & Coimbra, no prelo). A investigação revela que a orientação dos pais em relação ao trabalho pode estar relacionada com a importância que as relações têm na sua vida, podendo especular-se que a saliência relativa que o trabalho e a parentalidade tenham para os pais possa influenciar o tipo de vinculação dos filhos. Indivíduos com vinculações seguras valorizam o trabalho mas tendem a valorizar mais as relações e não permitem que o trabalho interfira nessas relações (Hazan & Shaver, 1990). Assim, é de supor que o grau de investimento dos indivíduos no papel de trabalhador possa variar em função do grau no qual estejam interessados em preservar a qualidade da relação com os seus filhos.

Daqui se depreende que, sempre que os custos relacionais do investimento dos pais no trabalho não forem compensados por um esforço de manutenção da proximidade emocional, a hipótese dos filhos verem os pais como modelos a seguir tornar-se-á mais remota. Mas mais ainda. Os prejuízos que a dedicação dos pais ao trabalho são susceptíveis de provocar na relação com os filhos, podem não só impedir a identificação com as figuras parentais como podem dar lugar à formação de um modelo subjectivo de trabalho predominantemente negativo. Se o envolvimento dos pais com o trabalho é percebido pelos filhos como penalizador para eles, e não existe uma relação afectiva segura capaz

de minimizar as perdas afectivas e atencionais daí resultantes, é provável que a lição a reter pelos filhos seja a de que o trabalho não deve ter precedência sobre o investimento na parentalidade. As consequências emocionais experimentadas pelos filhos podem, efectivamente, estimular a construção de certos significados a partir dos quais virão a avaliar o seu futuro envolvimento com o papel de trabalhador como mais vantajoso ou desvantajoso para si e, pondo-se a si próprios no lugar do outro que é o filho, para os seus próprios filhos.